



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE

"ADM. 2001 - 2004"

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37414-000

LEI N.º 853 DE 11 DE ABRIL DE 2001.

**"ESTABELECE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO ABADE - MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Povo do Município de São Bento Abade - MG, por meio de seus representantes na Câmara, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no Município que, dotados de valor estético, ético, filosófico, justifiquem o interesse público em sua preservação.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de São Bento Abade, será um Órgão de assessoria à Prefeitura Municipal, com atribuições específicas de zelar pela preservação do Patrimônio Cultural do Município.

**Art. 3º.** O Município terá Livro de Tombo para inscrições dos bens a que se refere no artigo 1º, cujo tombamento será aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e homologado pelo Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** O tombamento em esfera municipal dos bens compreendidos no artigo só poderá ser cancelado por unanimidade do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, desde que haja relevante interesse público.

**Art. 4º.** As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização especial do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra.

**Art. 5º.** Sem prévia autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto.

**Art. 6º.** As penas previstas nos artigos 4º e 5º serão aplicadas pela Prefeitura, sem prejuízo da ação penal correspondente.

**Art. 7º.** Os bens compreendidos na proteção da presente lei ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto o proprietário zelar por sua conservação.

**Parágrafo único.** O benefício da isenção será renovado anualmente, mediante requerimento do interessado.

**Art. 8º.** A alienação de bens tombados, na forma desta lei, fica sujeita ao direito de preferência a ser exercido pela Prefeitura Municipal na conformidade das disposições específicas do Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, sobre o mesmo direito.

**Art. 9º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
São Bento Abade, 11 de abril de 2001.

Janete Rezende Silva  
Prefeita Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que no "Quadro Mural" da Prefeitura Municipal foi publicado, nesta data, o presente ato para ciência dos interessados.

Maria Amélia Azevedo e Silva  
Chefe do Serviço Pessoal

CPF 009.61.8193-04